



ANÁLISE DE CRÉDITO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A SUA APLICAÇÃO NOS SETORES INDUSTRIAL E FINANCEIRO

Liliane Cristina Segura¹

Lívia Molini²

Camila Ferreira³

RESUMO

Este estudo teve como principal objetivo verificar as diferenças entre a análise de crédito em instituições financeiras e em indústrias. Utilizou-se como metodologia um estudo exploratório e qualitativo, com a realização de entrevistas, com aplicação de questionário, com um grupo de 82 analistas de crédito de instituições financeiras e de indústrias. Os resultados apontaram diferenças no processo de análise de créditos nos dois setores de empresas. A análise realizada pelas instituições financeiras é mais criteriosa do que a das indústrias. Em geral, investem em um quadro de funcionários maior do que nas indústrias, contando com um número de funcionários na área de crédito superior a 30. Os bancos analisam mais índices financeiros, enquanto as indústrias consideram, na sua maioria, o capital de giro, endividamento, giro do ativo, liquidez e margem de lucro.

Palavras-chave: Análise. Crédito. Rating. Risco..

¹ Doutora em Administração na área de Finanças pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: liliane.segura@mackenzie.br

² E-mail: livia.molini@allianz.com.br

³ Email: camila.ferreira@hotmail.com

Introdução

A gestão financeira das empresas tem como principal problema a captação e concessão de crédito. A concessão de crédito é a transferência temporária do poder aquisitivo em troca da promessa de pagamento em um prazo determinado, alterando a riqueza presente por uma riqueza futura. Por consequência, de acordo com Sousa e Chaia (2000), a concessão do crédito representa uma das principais fontes de retorno e, conseqüentemente, envolve os riscos associados a ela.

Para que o crédito seja corretamente concedido, é necessária uma análise eficiente dos riscos de crédito associados a esses empréstimos (SOUSA e HAIA, 2000) A análise de crédito visa dar segurança para a instituição que o está concedendo, pois, através de ferramentas e estudos sobre os tomadores de crédito, pode avaliar o potencial e a capacidade de liquidez do valor pretendido.

Segundo Santos (2009), crédito, em finanças, é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar as realizações de transações comerciais entre empresas e seus clientes. O crédito inclui duas noções fundamentais: confiança, expressa na promessa de pagamento, e tempo, que se refere ao período entre a aquisição do empréstimo e a liquidação da dívida.

Diversas metodologias e tipos de análise foram desenvolvidos ao longo do tempo. Cada empresa ou instituição financeira, em maior ou menor grau, identificou a metodologia que melhor se adaptasse ao seu tipo de cliente. De acordo com Perera (1998), as instituições financeiras e as indústrias brasileiras possuem parâmetros distintos para conceder crédito às empresas que necessitam de capital de giro para investimentos. Muitas organizações têm um sistema de *ratings* de crédito que desempenham um papel fundamental no processo de sua análise e concessão.

Dessa forma, a pergunta de pesquisa deste estudo é: quais as principais diferenças na análise de crédito em instituições financeiras e em indústrias?

O presente trabalho tem como objetivo verificar as diferenças entre a análise de crédito em instituições financeiras e em indústrias. Como objetivos específicos, foram identificados os parâmetros de análise de um banco e de uma indústria, através de uma pesquisa qualitativa, com questionário respondido por analistas de crédito desses dois ramos de atividade.

Esta pesquisa contribui para o entendimento do processo de análise de crédito e seus mecanismos utilizados em empresas industriais e nas instituições financeiras.

Referencial Teórico

1.1 *Conceito de Crédito*

A palavra crédito tem origem do vocabulário latino “credere”, que significa literalmente: crer, confiar, acreditar. No caso da concessão de crédito, a relação é baseada em confiança, onde o credor confia que o cliente pagará integralmente e o cliente confia que o serviço será satisfatório para seus propósitos. O objetivo da empresa, ao solicitar crédito, é aumentar suas receitas e lucros, maximizando o uso da sua capacidade produtiva e do seu estoque (BLATT, 2000, p. 13). Toda operação de crédito é sempre uma forma de empréstimo e terá um custo na forma de juros (SECURATO, 2007).

De acordo com Blatt (1999) a concessão de crédito deve ser baseada em seis pilares: informação creditícia, que indica que as decisões são tomadas com base em informações confiáveis, sempre com análise de dados econômico-financeiros; o histórico de pagamento do cliente, representando o grau de certeza em que o cliente tende a honrar com suas dívidas; identificação de cliente, que inclui a verificação de pessoas vinculadas ou interligadas ao tomador; análise das demonstrações financeiras; qualidade da cobrança, que indica as práticas de concessão de crédito; fortalecimento da venda a crédito, que inclui a responsabilidade pelo serviço ao cliente e os bons relacionamentos dos vendedores.

Também de acordo com Blatt (2000) existem três elementos fundamentais ao analisar uma operação de crédito, tais são: segurança, liquidez e rentabilidade. Ainda, segundo ele, as empresas credoras ficam em desvantagem por conta dos riscos assumidos, tais como pagamentos tardios, falência do tomador, inadimplência. Apesar dos riscos, a concessão de crédito é necessária, pois através dela há movimentação de mercado, favorecendo a economia do país.

1.2 *Risco de Crédito*

Considerando que o crédito consiste na entrega de um bem ou de um valor presente mediante uma promessa de pagamento em data futura, em termos financeiros, isso significa que há uma expectativa de recebimento, podendo ela ser cumprida ou não. De acordo com Silva (2003), o risco de crédito é a probabilidade de que o recebimento não ocorra.

Segundo Blatt (1999) O fator “risco” é algo que deve ser considerado relevante e está ligado principalmente ao prazo da operação, pois se menor o prazo, mais fácil prever os possíveis riscos. Portanto, se maior o prazo, os riscos inerentes à operação aumentam.

Esse autor afirma, também, que vários fatores podem influenciar o risco. Dentre eles: riscos inerentes ao ciclo de produção; riscos inerentes ao nível de atividade; riscos inerentes ao nível de endividamento; riscos ligados ao meio ambiente político-econômico; riscos inerentes à competição; riscos inerentes à própria administração e os riscos inerentes a fatores totalmente imprevisíveis.

O analista de crédito deve ter por base alguns desses fatores no momento da análise de risco, para que seja possível identificar a maneira mais correta para quantificar e qualificar os riscos envolvidos na operação.

1.3 Risk Rating

O *risk rating* ou classificação de risco é um método utilizado para avaliar o risco da operação de crédito. Segundo Securato (2007), ao iniciar o processo de classificação de crédito é importante obter o maior número de informações possíveis em relação ao cliente como, por exemplo, setor de atuação, faturamento médio, entre outros, pois, quanto maior o número de informações melhor será para qualificar, quantificar e auxiliar posteriormente no gerenciamento de risco de crédito e indicar o grau de severidade com o qual o cliente deverá ser tratado. Tais informações podem ser obtidas através da própria ficha cadastral do cliente e também através dos outros parâmetros.

Segundo Santos (2009) os *ratings* são elaborados com base nos julgamentos sobre a idoneidade de pagamentos efetuados dentro do prazo e não deverão ser utilizados isoladamente como parâmetro para aceitação da concessão de crédito.

Silva (2013) afirma que o rating é uma variável classificadora de crédito, onde a própria empresa faz seus cálculos, sua análise e leva em consideração os elementos base: caráter, capacidade, capital, condição e conglomerado. No Brasil, a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil resolveu:

Art. 1º Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:

Quadro 1 - Rating

Classes de Risco	Risco da Operação
AA	0%
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10%
E	30%
F	50%
G	70%
H	100%

Fonte: SILVA (2003, p. 76)

Conforme Santos (2009), a partir do nível “D” a classificação de risco é considerada alta, pois o cliente tem uma situação financeira desfavorável, com baixo desempenho perante os parâmetros de mercado; apresenta atrasos; tem restrições no mercado de crédito e atua em setor com perceptiva de não desenvolvimento. Nessa situação ele recomenda reduzir a exposição de risco e reforçar garantias.

Ainda de acordo com Santos (2009), quando o *rating* for divulgado passará a ser monitorado e pode sofrer alterações de risco. Os sistemas de rating são sujeitos a variações qualitativas que são influenciadas por: avaliadores, metodologia empregada, modelo de coleta, qualidade e confiabilidade dos dados utilizados na análise.

Esse autor também afirma que o gerente de crédito deve ter em mente que, ao conceder o crédito está assumindo o risco com todos os problemas e benefícios que essa transação envolve para a empresa.

1.4 Análise de Crédito

De acordo com Blatt (1999) não é possível definir a maneira correta de estabelecer uma linha de crédito, pois cada analista possui sua maneira de analisar as empresas, tornando difícil uma definição exata ao assunto. Não há uma fórmula ou método matemático para isso. O analista é peça fundamental nesse processo, pois sua experiência no assunto será um fator relevante no momento da concessão de crédito ao cliente. Dessa forma, como afirma Schrickel (1999), a análise de crédito envolve uma habilidade de decisão, num cenário de incertezas e informações incompletas. Essa habilidade, segundo o autor é a capacidade de analisar logicamente as situações.

Segundo Santos (2009) o objetivo do processo da análise de crédito é o de averiguar se o cliente possui idoneidade e capacidade financeira para amortizar a dívida.

Já Schrickel (1999) entende que o principal objetivo da análise de crédito numa Instituição Financeira (como para qualquer prestador) é o de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de pagamento do tomador e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder.

Para realizar a análise de crédito, as empresas recorrem ao uso de duas técnicas: a técnica subjetiva (baseada no julgamento humano) e a técnica objetiva (baseada em procedimentos estatísticos).

Por definição, o processo de análise subjetivo envolve decisões individuais quanto à concessão ou recusa de crédito. Neste processo, segundo Santos (2009), a decisão baseia-se na experiência adquirida, disponibilidade de informações e sensibilidade de cada analista quanto ao risco do negócio.

Santos (2009) acredita que um dos insumos básicos à decisão final é o julgamento subjetivo que o analista financeiro faz para determinar se é válido ou não assumir o risco. Dessa forma, quanto melhor a análise, melhor será a concessão do crédito e a prevenção dos riscos, segundo Blatt (1999).

Para que uma decisão seja realmente possível de ser tomada, o prestador deve sempre concentrar suas ponderações sobre as três questões fundamentais de crédito: *Para quê? Por quanto tempo? Como vai pagar?* Essas três perguntas, simples em essência, devem ser respondidas sem que reste qualquer dúvida ao prestador (SCHRICKEL, 1999).

As informações que são necessárias para a análise subjetiva da capacidade financeira dos clientes são tradicionalmente conhecidas como Cs do Crédito: caráter, capacidade, capital, colateral e condições (SILVA, 2003).

Quadro 2 - Cs do Crédito

Caráter	Idoneidade no mercado de crédito
Capacidade	Habilidade em converter investimentos em receitas
Capital	Situação financeira
Colateral	Situação Patrimonial
Condições	Impacto de fatores externos sobre a fonte geradora de receita

Fonte: SILVA (2003, p.78-79).

Já Berni (1999) afirma que são muitos fatores que levam à decisão do limite operacional de crédito para determinada empresa.

Os demonstrativos financeiros de uma empresa são muito importantes na concessão de crédito, porém não podem ser a única fonte utilizada na tomada de decisão. De acordo com Berni (1999), os balanços são mutáveis, trabalham com defasagem de tempo, estão sujeitos a diversas classificações contábeis, reavaliações de ativo, integralização de capital, ajuste monetário, correção e por isso mesmo, nem sempre refletem a realidade da empresa.

Portanto, sem desconsiderar a importância dos balanços e registros contábeis, outros parâmetros são significativos para auxiliar a decisão do crédito:

Cadastros; patrimônio; lucros; prazos; sócios – diretores – ligados – holdings; experiência; estratégias e investimentos; produtos/aceitação e participação no mercado; garantias; ramo – setor; clientes; fornecedores; *rating*; faturamento; outros (BERNI, 1999, p. 92).

1.5 Análise Financeira

A análise de balanços surgiu por motivos eminentemente práticos e mostrou-se, desde logo, instrumento de grande utilidade (MATARAZZO, 2010).

Esta análise envolve a avaliação de um conjunto de demonstrações financeiras e outras informações fornecidas pelas empresas, não se limitando exclusivamente ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício. Qualquer que seja seu propósito específico (concessão de crédito bancário, crédito comercial, análise de investimentos, compra de ações etc.), baseia-se numa multiplicidade de demonstrações econômico-financeiras, delas extraíndo as informações julgadas oportunas e condizentes com o propósito que se tenha em mente. (SCHRICKEL, 1999).

Matarazzo (2010) esclarece que as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhor informação produzir.

Segundo Schrickel (1999), os quocientes e coeficientes funcionam, na análise de balanços, como o periscópio funciona, no submarino, para a detecção de problemas reais ou potenciais. Eles permitem localizar, rapidamente, as chamadas “áreas-problemas”. Em suma, eles se propõem a oferecer uma visão superficial sobre o desempenho econômico-financeiro da empresa. De acordo com Matarazzo (2010), “As atuais técnicas de análise de balanços possibilitam grande número de informações sobre a empresa”.

A conjugação do uso de índices-padrão e de pesos possibilita chegar-se a uma avaliação global da empresa analisada, o que é de extrema utilidade nas decisões de crédito.

(MATARAZZO, 2010). A principal preocupação dos índices de balanço é fornecer avaliações genéricas sobre os diferentes aspectos da empresa em análise. Em seu ponto de vista, uma análise mais aprofundada é alcançada através da análise vertical e horizontal, análise do capital de giro, rentabilidade, alavancagem financeira, análise das demonstrações de fluxo de caixa e análise prospectiva.

Schrickel (1999) também afirma que existem certas fórmulas consagradas, de uso geral, que cobrem adequadamente tudo que o espectro da análise de balanço voltada, especificamente, para a concessão de crédito, deva abordar. As fórmulas estão divididas em quatro categorias distintas: Capital de Giro; Endividamento; Liquidez e Rentabilidade.

Estas quatro áreas de estudo são utilizadas dentro do escopo de uma análise que objetiva a concessão de crédito a qualquer empresa, importa saber: (a) como a empresa administra seu capital de giro; (b) se a empresa reúne condições de pagar seus compromissos em dia; (c) se a empresa está “ganhando dinheiro” em seu negócio e (d) como a empresa financia suas operações (SCHRICKEL, 1999).

A análise de índices envolve métodos de cálculo e interpretação de índices financeiros visando analisar e acompanhar o desempenho da empresa. É importante que seja interpretado o valor desse índice. Uma base relevante de comparação é necessária para responder a perguntas como: “É muito alto ou muito baixo?” e “Esse número é bom ou ruim?” Podem ser feitas comparações de índices de dois tipos: em corte transversal e de séries temporais. Os principais indicadores são os de liquidez, rentabilidade, endividamento, atividade e valor de mercado (GITMAN, 2004).

Segundo Marion (2009), os indicadores (índices) significam o resultado obtido da divisão de duas grandezas, e é dividido em três etapas: a primeira é simplesmente cálculo do índice com base numa fórmula, a segunda é a interpretação e a terceira e mais importante, é a conceituação do índice, ou seja, queremos saber se ele é bom, razoável, ruim, etc.

Esse autor explica ainda que para análise e comparação dos índices é realizada análise vertical e horizontal, analisando-se a taxa de retorno sobre o investimento e outras demonstrações contábeis como DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos), DFC (Demonstrações do Fluxo de Caixa) e DVA (Demonstração do Valor Adicionado).

Iudícibus (2010), além dos índices citados acima, ressalta a importância da análise da rotatividade, do endividamento e o efeito da alavancagem, rentabilidade, giro do ativo, retorno sobre investimentos, desdobramento da taxa de retorno, conhecida como análise

Dupont, que serve para mostrar as causas que podem ter levado a empresa a um desempenho melhor ou pior do que o desejado. Ele também afirma que a análise de balanço deve ser entendida por suas possibilidades e limitações: por um lado aponta problemas a serem investigados e, por outro, pode se transformar em uma poderosa ferramenta para controle.

Observa-se que os autores consideram índices financeiros em comum para avaliar a saúde financeira de uma empresa.

1.6 A Utilização da Análise de Balanço na Análise de Crédito

Para Iudícibus (2010), a análise de balanço é fundamental na decisão de conceder ou não o crédito ao cliente. Para completar, técnicas estatísticas foram desenvolvidas para auxiliar na utilização de índices na análise de crédito. Um desses instrumentos é o modelo de análise discriminante, reportado por Altman (1968), onde combina certo número de quocientes de liquidez, alavancagem, rotatividade e rentabilidade, a fim de estimar a probabilidade de uma empresa ir à falência. O modelo é capaz de prever falência adequando a análise a um período de um ou dois anos no futuro.

Através de tratamento estatístico de dados de algumas empresas que faliram, Altman (1968) conseguiu criar o “fator de insolvência”, que consiste em relacionar quocientes, atribuindo pesos aos mesmos, somando e subtraindo valores, mostrando se a empresa encontra-se em estado de “Solvência”, “Penumbra” ou de “Insolvência”.

Especialistas no assunto desenvolveram outros modelos, seguindo essa mesma linha de prevenção de insolvência das empresas.

Fatos como a desregulamentação dos mercados, a ampliação dos mercados de crédito, os avanços da teoria de finanças, o aumento dos riscos não avaliáveis nas demonstrações financeiras, aliados aos descréditos nas demonstrações financeiras como fontes de informação relevante, têm levado aos esforços em busca do desenvolvimento desses modelos (CAUOETTE et al. 1999).

Em 1976, Roberto Elizabetsky, preocupado com a subjetividade na aprovação de crédito por parte das instituições de crédito, desenvolveu um modelo (Modelo Elizabetsky) de indicador de falência com base na análise estatística discriminante. (SILVA, 1998).

No processo de tomada de decisão não se deve excluir o julgamento humano, porém o “sistema de avaliação de crédito pode ser grandemente beneficiado pelo uso de modelos matemáticos que possibilitem uma melhor quantificação dos dados existentes” (ELIZABETSKY, 1976, p.15).

No Brasil, Kanitz (1978) desenvolveu um modelo em uma linha semelhante à de Elizabetsky. Alguns resultados foram publicados com a finalidade de prever a falência das empresas, para isso ele construiu o “Termômetro de Insolvência” que considera 15 índices como os mais importantes para a solvência.

Alberto Matias desenvolveu em 1978 mais um modelo (Modelo Matias) de previsão de insolvência, utilizando a técnica da análise discriminante. O Modelo tem como objetivo aperfeiçoar a análise de crédito convencional de modo rápido e eficiente (VASCONCELOS, 2004).

SILVA (2003) criou dois modelos (Modelo SILVA): um para empresas industriais e outro para comerciais, para classificação quanto à concessão de crédito. Em ambos existem dois cenários; o primeiro indica a situação da empresa para o exercício seguinte ao período utilizado na análise e o segundo, a situação para os dois anos seguintes ao período utilizado na análise.

Análise dos Resultados

Ao todo, foram respondidos 82 questionários por um sistema online, chamado *Google Drive*. Das respostas obtidas, 52 referem-se a instituições financeiras e 30 a indústrias. Do total de respondentes, 100% eram profissionais da área de crédito nos dois ramos escolhidos para análise.

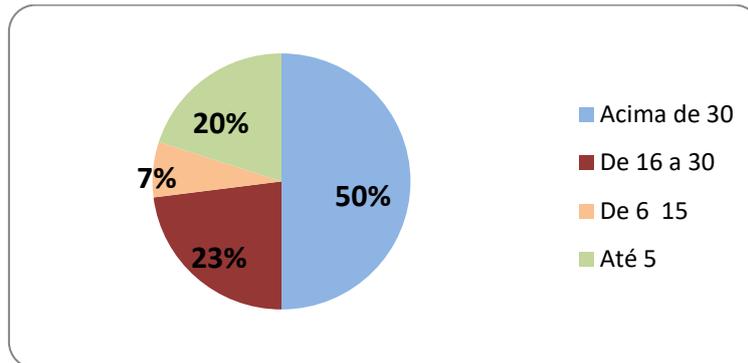
Gráfico 1. Quantidade de funcionários da área de crédito das instituições financeiras analisadas



Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à quantidade de funcionários da área de crédito, de acordo com cada segmento, pode-se observar que nas instituições financeiras essa área é composta por um maior número de funcionários quando comparado com as indústrias.

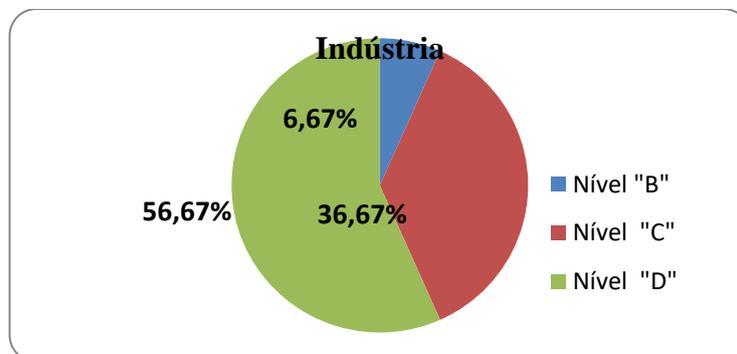
Gráfico 2. Quantidade de funcionários da área de crédito das indústrias analisadas



Fonte: Dados da pesquisa

A média do faturamento das empresas analisadas pelos especialistas de crédito, tanto das instituições financeiras, quanto das indústrias é acima de um milhão de reais e ambos os setores utilizam a classificação de *rating* para avaliar seus clientes.

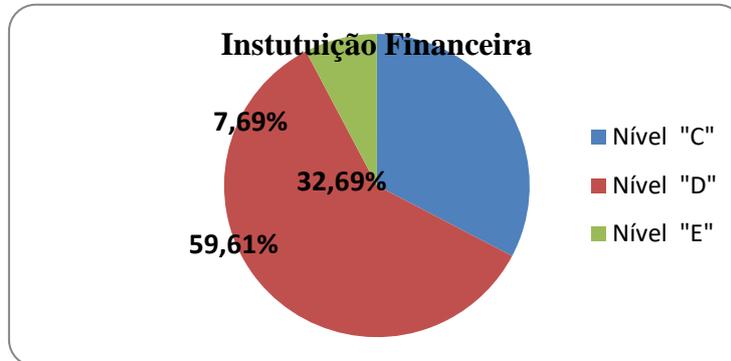
Gráfico 3. A partir de qual nível de *rating* enxerga-se uma possível inadimplência



Fonte: Dados da pesquisa

Os analistas de ambos os setores, consideram uma empresa inadimplente, quando seu *rating* resulta em nível “D”.

Gráfico 4. A partir de qual nível de *rating* enxerga-se uma possível inadimplência



Fonte: Dados da pesquisa

Os índices mais utilizados para análise de crédito das indústrias são: capital de giro, endividamento, giro do ativo, liquidez e margem de lucro. Desses, os apontados como mais relevantes foram: capital de giro, endividamento e liquidez.

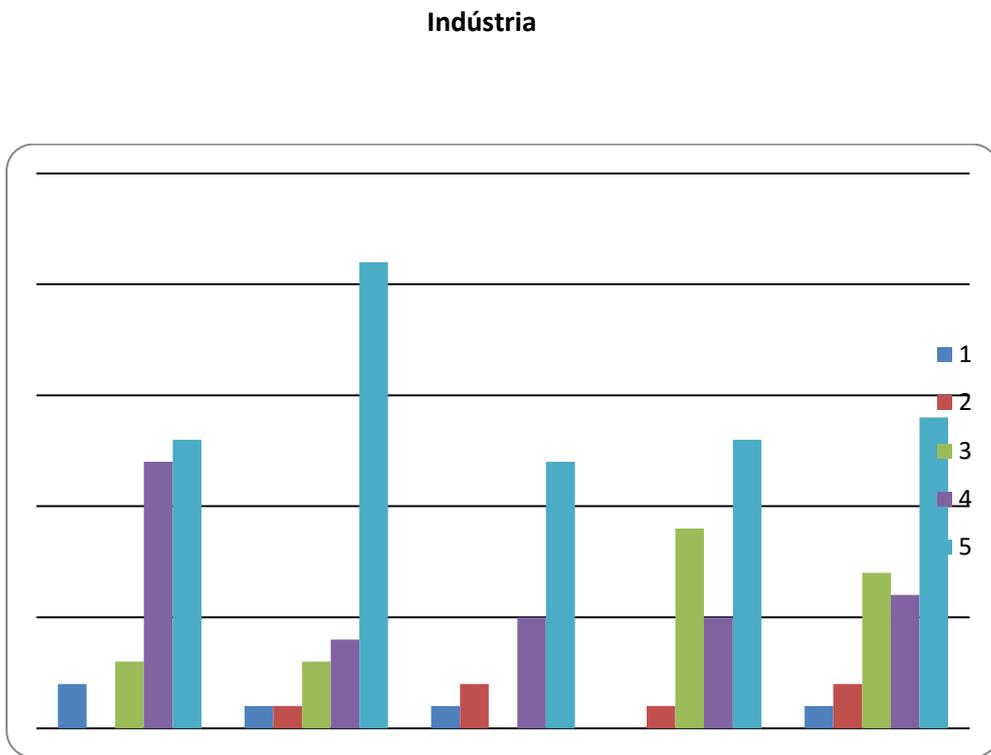
Já nas instituições financeiras, os índices mais utilizados são: capital de giro, endividamento, giro do ativo, giro do estoque, liquidez, margem de lucro, PMP – prazo médio de pagamento, PMR- prazo médio de recebimento, ROA – retorno sobre os ativos e ROE – retorno sobre o patrimônio líquido. Desses, os mais relevantes são: capital de giro, endividamento, liquidez e margem de lucro.

Nos dois segmentos é utilizada a técnica subjetiva e objetiva, todavia as considerações do prazo dessas operações para os ramos são diferentes. Na indústria as operações possuem um prazo de 1 a 3 anos, e nas instituições financeiras, o prazo é de 1 a 3 anos ou mais. O percentual de liquidação dessa concessão de crédito é de 50% nos dois setores.

Os C's do crédito são utilizados nas análises de crédito e as condições, colateral, capital da empresa, capacidade e caráter do cliente são pontos observados pelos analistas.

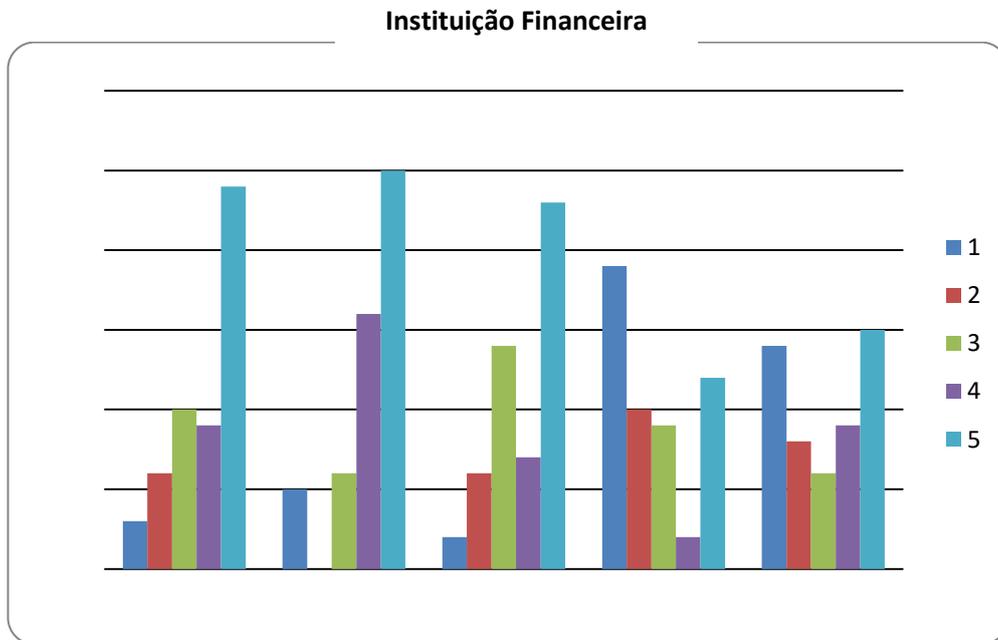
Na pesquisa realizada, pediu-se que fosse assinalado qual item os analistas consideraram como mais importante dentre os cinco C's em suas análises. O resultado obtido, como demonstram os gráficos 5 e 6, é que as indústrias focam mais nas condições, colateral, caráter e capacidade, e as instituições financeiras em capital, capacidade e caráter do cliente.

Gráfico 5. Classificação da importância dos 5 C's do crédito para as indústrias (1 – menos importante, 5 – mais importante)



Fonte: Dados da pesquisa

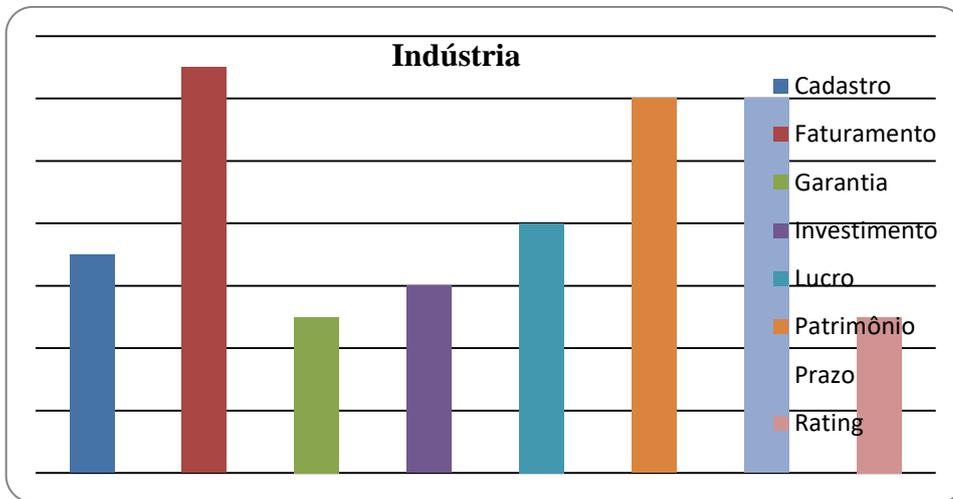
Gráfico 6. Classificação da importância dos 5 C's do crédito para as Instituições Financeiras (1 – menos importante, 5 – mais importante)



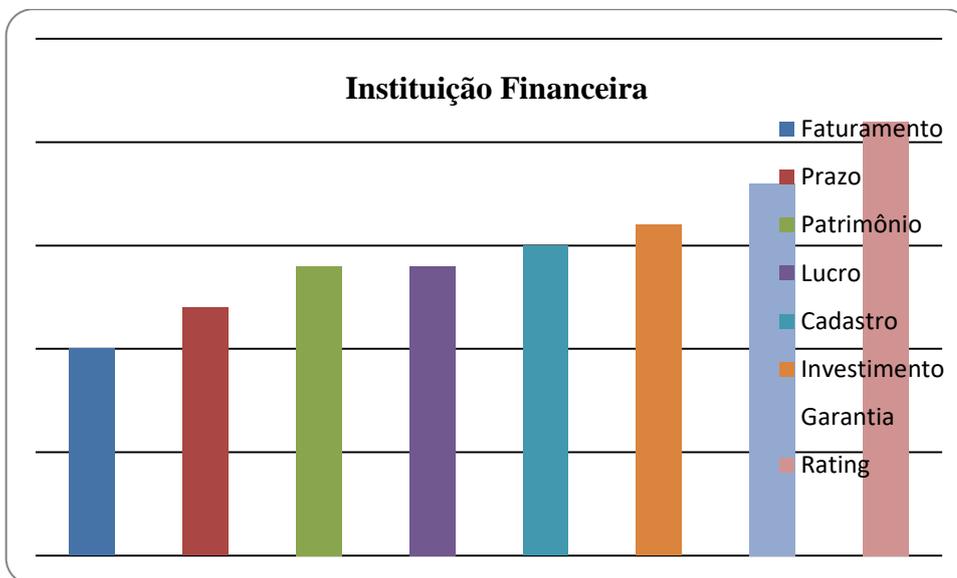
Fonte: Dados da pesquisa

Para conceder crédito às empresas que não possuem recursos financeiros, as indústrias solicitam carta de crédito/aval da matriz, garantias, faturamento e condições de pagamento, e as instituições financeiras focam sua análise na capacidade de pagamento, relacionamento, faturamento, endividamento, capacidade. Os principais elementos utilizados em uma análise de crédito para as indústrias são: fluxo de caixa e índices financeiros e para as instituições financeiras: C's do crédito, demonstrações financeiras, faturamento e endividamento.

Para verificar quais são os parâmetros mais utilizados nas decisões de crédito, perguntou-se aos entrevistados quais eram os mais aproveitados entre: cadastro, faturamento, garantia, investimento, lucro, patrimônio prazo, *rating*.

Gráfico 7. Principais parâmetros utilizados na análise de crédito das indústrias

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 8. Principais parâmetros utilizados na análise de crédito das instituições financeiras

Fonte: Dados da pesquisa

Com base nos dados apurados, obteve-se o seguinte resultado: as indústrias focam em faturamento, lucro, patrimônio e prazo. Em contrapartida, as instituições financeiras apresentam um equilíbrio entre os parâmetros demonstrados.

Considerações Finais

Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo foram a pesquisa qualitativa com os procedimentos de investigação de campo. Dessa forma, para atender ao objetivo de verificar as diferenças entre a análise de crédito em instituições financeiras e em indústrias desenvolveu-se uma pesquisa exploratória realizando-se entrevistas com natureza qualitativa

De acordo com o conceito de crédito apresentado neste trabalho, entende-se que a concessão de crédito baseada em seus pilares de crédito deve ser íntegra, apresentar boa perspectiva de pagamento do credor, a real identificação do cliente, compreender a análise das demonstrações financeiras acompanhada da prática de concessão de crédito e a redução de riscos com o possível aumento do fluxo de caixa de cobrança.

Mediante as informações obtidas, através de questionários aplicados aos analistas de crédito atuantes em indústrias e em instituições financeiras, pode-se concluir que existem diferenças no processo de análise de crédito entre os dois setores, confirmando-se, assim, a hipótese de pesquisa adotada neste estudo.

Foi possível apontar índices e parâmetros distintos na análise de cada segmento. A análise realizada pelas instituições financeiras é mais criteriosa do que a das indústrias. Em geral, investem em um quadro de funcionários maior do que nas indústrias, contando com um número de funcionários na área de crédito superior a 30. Os bancos analisam mais índices financeiros enquanto as indústrias consideram, na sua maioria, o capital de giro, endividamento, giro do ativo, liquidez e margem de lucro.

Neste sentido, o risco de crédito possui função importante no processo de análise, porque há uma expectativa de recebimento, mesmo que o resultado final possa ser apresentado como não cumprimento da promessa de pagamento. Ainda assim, alguns fatores de riscos são inerentes ao processo e podem influenciar na cadeia, como os riscos inerentes ao ciclo de produção, atividade, endividamento, meio ambiente político-econômico, competição, à administração e a fatores totalmente imprevisíveis.

Para tal processo de análise de risco, o método “*Risk Rating*” é utilizado para avaliar o risco da operação de crédito, como um método de divulgação do gerenciamento, julgamento e desempenho dos parâmetros necessários para reforçar as garantias de pagamento.

Em complemento ao processo de análise, as demonstrações financeiras são consideradas fontes precisas de informações que contribuem para detecção de problemas, reais e potenciais, fornecem uma visão sobre o desempenho econômico-financeiro da empresa e/ou credor, assim como índices de capital de giro, endividamento, liquidez e rentabilidade necessários para um painel de controle.

Este estudo indicou que as indústrias brasileiras devem realizar uma análise de crédito mais prudente, pois as instituições financeiras levam mais em consideração o *rating* e possuem um equilíbrio entre os demais parâmetros (cadastro, faturamento, garantia, investimento, lucro, patrimônio, prazo), enquanto as indústrias consideram mais importante o faturamento, lucro, patrimônio e prazo, a fim de que elas possam aprimorar o seu processo de análise de concessão de crédito e, assim, evitar maiores inadimplências.

Referências

ALTMANN, E. I. Financial ratios, discriminant analysis and prediction of corporate bankruptcy. *Journal of Finance*, v. 29, p. 589-609, 1968.

BERNI, Mauro Tadeu. Operação e concessão de crédito: os parâmetros para a decisão de crédito. São Paulo: Atlas, 1999.

BLATT, Adriano. *Avaliação de risco e descrição de crédito*. São Paulo: Nobel, 1999.

BLATT, Adriano. *Dicas para cobrar e combater a inadimplência*. São Paulo: STS Publicações e Serviços, 2000.

CAUOETTE, John B.; ALTMAN, Edward I.; NARAYANAN, Paul. *Gestão do risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

ELIZABETSKY, Roberto. *Um modelo matemático para a decisão do banco comercial*. Trabalho apresentado ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP, 1976.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. Pearson, 1946 – Ed. 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 10. ed. Atual. São Paulo: Atlas, 2010

KANITZ, S. C. *Como prever falências*. São Paulo: McGraw Hill, 1978.

LEMOS, LOPES E VIEIRA

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PERERA, Luiz Carlos Jacob. *Decisões de crédito para grandes corporações*. 1998. Tese (Doutorado em Economia, Administração e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, 1998.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. *Metodologia de Pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, José Odílio dos. *Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. *Demonstrações financeiras: abrindo a caixa preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SECURATO, José Roberto. *Crédito – Análise e Avaliação do Risco*. 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2007.

SILVA, José Pereira. *Gestão e análise de risco de crédito*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUSA, A. F. de; CHAIA, A. J. Política de crédito: uma análise qualitativa dos processos em empresas. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 7, nº 3, julho/setembro 2000.

VASCONCELOS, R. S. *Modelos de Escoragem de Crédito aplicados a Empréstimo Pessoal com Cheque*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial). Escola de Pós Graduação em Economia, Fundação Getulio Vargas, 2004, Faculdade de Economia.